

CONVÊNIO ACADÊMICO INTERNACIONAL

Convênio que celebram a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL) e a UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA, (PERÚ), visando à cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de estudantes, docentes/pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.

Pelo presente convênio, por uma parte, a **FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FFCLRP)**, Brasil, com endereço na Av. Bandeirantes, 3900 - CEP 14040-901, Barrio Monte Alegre - Ribeirão Preto - SP - Brasil, representada por sua Diretora Profa. Dra. Christie Ramos Andrade Leite Panissi e, de outro lado, a **UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA, (UNALM)**, (PERÚ), com RUC N° 20147897406, localizada na Avenida La Molina s/n, cidade de La Molina, Lima, Peru; neste ato representada por seu Reitor, Dr. Américo Guevara Pérez, DNI N° 10538747, nomeado pela Resolução N° 001-2021-AU-UNALM de 23 de fevereiro de 2021; subscrevem o presente convênio:

Toda menção à **FFCLRP** e à **UNALM** em forma conjunta, serão considerados como as **PARTES** na clausulas e condições embaixo:



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente convênio tem por objeto a cooperação acadêmica na área de mutuo interesse, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação e membros da equipe técnico-administrativa das respectivas instituições.



CLÁUSULA SEGUNDA - METAS E FORMA DA COOPERAÇÃO

Formas de cooperação no intercâmbio de:



2.1. Docentes/pesquisadores:

2.1.1. Os docentes/pesquisadores visitantes participarão de conferências, ensino e/ou pesquisa, sendo que a duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico (dois semestres).

2.1.2. O seguro saúde, de acidentes, de repatriação, entre outros, deverá ser providenciado pelo docente/pesquisador no país de origem.

2.1.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem durante o tempo que dure o estágio. Para os docentes/pesquisadores da **UNALM** serão realizado de acordo às disposições e regulamento da instituição.

2.1.4. Os candidatos propostos deverão cumprir os requisitos da instituição receptora para serem aceitos e dar a conformidade através de uma carta de aceite.

2.1.5. O docente não tem vínculo empregatício com a instituição receptora.

2.1.6. Todas as nomeações e licenças solicitadas pelos docentes da **UNALM** serão submetidas aos trâmites ordinários existentes na instituição.

2.1.7. O estágio dos docentes/pesquisadores da **UNALM** será avaliado individualmente, seguindo as normas vigentes, normas internas, sem prejuízo das obrigações acadêmicas dos participantes.

2.2. Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação:

2.2.1. Os estudantes serão indicados por sua instituição de origem com base na excelência acadêmica, sendo que a aceitação ficará a cargo da instituição receptora.

2.2.2. Os estudantes aceitos pela instituição receptora serão considerados alunos de programa de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as normas da instituição receptora, devendo observar as mesmas condições dos estudantes regulares.

2.2.3. Os estudantes participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a desenvolver um conhecimento do idioma do país da instituição receptora, compatível com a atividade a ser por eles desenvolvida.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um programa desenvolvido conjuntamente entre as duas instituições.

2.2.5. A duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico (dois semestres).

2.2.6. A co-orientação de trabalhos de conclusão de curso, dissertação e teses de pós-graduação; sendo que cada instituição terá a orientação de seus alunos e a outra parte pode ter a co-orientação, deverá ser objeto de um documento específico que será assinado entre as **PARTES** interessadas.

2.2.7. As instituições determinarão, de comum acordo, o número de estudantes para intercâmbio.

2.2.8. O seguro saúde, de acidentes, de repatriação, entre outros, deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem, antes de sua chegada à instituição receptora.

2.3. Membros da equipe administrativa:

2.3.1. Com o intuito de estimular a troca de experiências e conhecimentos administrativos em áreas de interesse comum, as instituições poderão indicar membro(s) de suas equipes administrativas para participar do intercâmbio.

2.3.2. O seguro saúde, de acidentes, de repatriação, entre outros, deverá ser providenciado pelo interessado no país de origem.



2.3.3. As atividades desenvolvidas durante o período do intercâmbio deverão ser condizentes com a atuação profissional na instituição de origem, as quais ao término do intercâmbio deverão gerar um relatório a ser entregue às instituições receptora e de origem, e deverá replicar o aprendido. A suspensão do convênio deixa sem efeito a experiência do intercâmbio, sendo que a instituição de origem pode solicitar o retorno do pessoal administrativo, seja por situação de necessidade ou outro motivo, não sendo necessário expressar a causa.

2.3.4. Os salários serão pagos pela instituição de origem. Para o pessoal administrativo da **UNALM**, será realizado de acordo às disposições e regulamentos da instituição.

2.3.5. O intercâmbio do pessoal administrativo da **UNALM**, estará sujeita à avaliação de cada caso específico, seguindo a normativa vigente e cumprindo com os requisitos estabelecidos no “Regulamento de Controle de frequência, pontualidade, e permanência dos servidores não docentes e funcionários da **UNALM**”, assim como suas modificatorias. Além disso, o pessoal administrativo que poderá participar deste convênio será aquele vinculado às atividades de pesquisa, devido a que este tipo de intercâmbio deverá ser alinhado com as atividades propostas na cláusula primeira do presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

3.1. Os docentes envolvidos no intercâmbio não pagarão taxas na instituição receptora. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) correrão por conta do interessado, que poderá procurar financiamento junto a órgãos externos.

3.2. Os estudantes envolvidos no intercâmbio deverão pagar as taxas acadêmicas, quando existentes, em sua instituição de origem. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) poderão ser financiadas por órgãos externos ou ficarão a cargo do próprio estudante. A existência do convênio não implica compromisso de suporte financeiro por conta das instituições.

3.3. No caso de intercâmbio de membros da equipe administrativa, as despesas correrão por conta da instituição de origem, desde que haja disponibilidade financeira para tal. Para o caso da **UNALM**, as disposições aplicáveis seguirão o estabelecido no item

3.4 Os docentes/pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação, assim como o pessoal administrativo da **UNALM**, que participem do intercâmbio (mobilidade, estágio y/o estancias académicas, de pesquisa e permanências que propiciem o intercambio de experiencias) seguirão as exigências de migrações do país da instituição receptora. Assim mesmo, serão responsáveis dos custos associados ao intercambio produto do presente convênio (manutenção, hospedagem, transporte, seguros, materiais, tramites administrativos, entre outros).

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES

4.1. As instituições procurarão alcançar reciprocidade nas atividades contempladas por este convênio.



4.2. Ao final da estada do estudante, a instituição receptora enviará ao órgão apropriado da instituição de origem documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

4.3. A instituição de origem, de acordo com suas disposições e diretrizes internas, reconhecerá os resultados acadêmicos obtidos pelo estudante na instituição receptora, com base em programa de trabalho previamente acordado entre as duas instituições e em seus créditos e/ou carga horária.

4.4. As duas instituições se comprometem a promover a integração dos estudantes na vida acadêmica da instituição receptora.

4.5. A instituição receptora deverá prover condições de pesquisa e local apropriados para o trabalho do docente/pesquisador visitante, na medida de suas possibilidades.

4.6. A instituição receptora deverá oferecer condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades dos membros da equipe administrativa, na medida de suas possibilidades.

4.7. As **PARTES** estão autorizadas a subscrever convênios específicos, adendos e outros para o desenvolvimento de planos, projetos e programas. O documento indicará a descrição e os objetivos dos planos, projetos e programas a serem desenvolvidos precisando as entidades executoras, os recursos técnicos, financeiros e humanos, os procedimentos e os delineamentos gerais para sua execução, os prazos e as obrigações das **PARTES**, entre outros.



CLÁUSULA QUINTA – INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

5.1. O presente convênio não gera vínculo empregatício alguma entre as **PARTES**, pelo que o pessoal docente, administrativo e/ou estudantes que as **PARTES** selecionem para a execução e desenvolvimento das atividades do convênio, manterão o vínculo empregatício da instituição com sua respectiva instituição.

5.2. Em virtude desta cláusula, fica expressamente estipulado que este instrumento não vincula solidariamente às instituições comparecentes em tudo o derivado de suas relações e obrigações laborais específicas.

CLÁUSULA SEXTA – COORDENAÇÃO DO CONVÊNIO

6.3. Para constituir a coordenação técnica e administrativa do presente convênio são indicados pela FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FFCLRP), a Profa. Dra. Delia Rita Tapia Blácido docente do Departamento de Química, e pela **UNALM**, o Diretor da Oficina de Gestão Interinstitucional (OGI) ou quem seja designado, e-mail ogi@lamolina.edu.pe.

Caberá à referida Coordenação a busca de soluções e o encaminhamento de questões acadêmicas e administrativas que surgirem durante a vigência do presente convênio, bem como a supervisão das atividades.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo prazo de **cinco (05) anos**, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as **PARTES**, podendo ser renovado de comum acordo entre as **PARTES**, por meio de comunicação escrita enviada pela outra parte, com três (03) meses de antecedência ao vencimento original ou de alguma de suas prorrogas.

Qualquer mudança nos termos do convênio deverá ser efetuada por meio de uma Emenda devidamente acordado entre as **PARTES** signatárias.

CLÁUSULA OITAVA – DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. Caso haja pendências, as **PARTES** definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.



CLÁUSULA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente convênio, as partes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física, para atuar como mediador.



E por estarem assim justas e convencionadas, as **PARTES** assinam o presente termo em duas vias de cada versão, em espanhol e em português, de igual teor e para um só efeito.



**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E
LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA
LA MOLINA**

Profa. Dra. Christie Ramos Andrade Leite Panissi
Director


Dr. Américo Guevara Pérez
Rector



Fecha:

CONVENIO ACADÉMICO INTERNACIONAL

Convenio que celebran la FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL) y la UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA (PERÚ), teniendo como objetivo la cooperación académica para el intercambio de docentes/investigadores, estudiantes y personal administrativo.

Por el presente convenio, por una parte la **FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FFCLRP)**, con dirección en Av. Bandeirantes, 3900 - CEP 14040-901, Barrio Monte Alegre - Ribeirão Preto - SP - Brasil, representada en este acto por su Profa. Dra. Christie Ramos Andrade Leite Panissi, y por la otra parte, la **UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA LA MOLINA (UNALM)**, con RUC N° 20147897406, con domicilio legal en la avenida La Molina s/n, distrito de La Molina, provincia y departamento de Lima, Perú; debidamente representada en este acto por su Rector, Dr. Américo Guevara Pérez, identificado con DNI N° 10538747, designado mediante Resolución N° 001-2021-AU-UNALM de fecha 23 de febrero del 2021; tienen a bien suscribir el presente convenio.



Toda referencia a **FFCLRP** y la **UNALM** en forma conjunta, se entenderá como las **PARTES** en las cláusulas y condiciones de abajo:



CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

El presente convenio tiene por objeto la cooperación académica en las áreas de interés común a fin de promover el intercambio de docentes/investigadores, estudiantes de posgrado, estudiantes de pregrado y personal administrativo de las respectivas instituciones.



CLÁUSULA SEGUNDA - METAS Y FORMA DE LA COOPERACIÓN

Formas de cooperación en el intercambio de:

2.1. Docentes/investigadores:

2.1.1. Los docentes/investigadores visitantes participarán de conferencias, enseñanza y/o investigación. La duración de la estadía no deberá exceder un año académico (dos semestres).

2.1.2. El seguro de salud, de accidentes, de repatriación, entre otros, deberá gestionarlo el docente/investigador en el país de origen.

2.1.3. Los salarios los pagará la institución de origen, durante el tiempo que dure el intercambio. Para los docentes/investigadores de la **UNALM** se realizará de acuerdo a las disposiciones y reglamentos de la institución.

2.1.4. Los candidatos propuestos deberán cumplir los requisitos de la institución anfitriona para ser aceptados y recibir la conformidad de esta a través de una carta de aceptación.

2.1.5. El docente no se convierte en empleado de la institución anfitriona.

2.1.6. Todos los nombramientos y permisos que deban solicitar los docentes/investigadores de la **UNALM** se someterán a los trámites ordinarios existentes en la institución.

2.1.7. El intercambio de los docentes/investigadores de la **UNALM**, se evaluará cada caso en específico, siguiendo la normativa vigente, normas internas, sin perjuicio de las obligaciones académicas de los participantes.

2.2. Estudiantes de Pregrado y de Posgrado:

2.2.1. Los estudiantes serán indicados por su institución de origen con base en la excelencia académica. La aceptación quedará a cargo de la institución receptora.

2.2.2. Los estudiantes aceptados por la institución receptora serán considerados alumnos del programa de intercambio y estarán sujetos a todas las normas de la institución receptora, debiendo observar las mismas condiciones de los estudiantes regulares.

2.2.3. Los estudiantes participantes en el programa de intercambio deberán ser estimulados a desarrollar el conocimiento del idioma del país de la institución receptora, compatible con la actividad que será desarrollada.

2.2.4. Cada estudiante deberá seguir un programa desarrollado conjuntamente entre las dos instituciones.

2.2.5. La duración de la estadía no deberá exceder un año académico (dos semestres).

2.2.6. La coasesoría de tesis de pregrado y posgrado; siendo cada universidad, asesor de los tesisistas de su propia casa de estudios y la contraparte como coasesor, deberán ser objeto de un documento específico que será firmado entre las **PARTES** interesadas.

2.2.7. Las instituciones determinarán, de común acuerdo, el número de estudiantes para intercambio.

2.2.8. El seguro de salud, de accidentes, de repatriación, entre otros, deberá gestionarlo el alumno en el país de origen, antes de su llegada a la institución receptora.

2.3. Personal administrativo:

2.3.1. Con el interés de estimular el intercambio de experiencias y conocimientos administrativos en áreas de interés común, las instituciones podrán indicar algún (os) personal administrativo para participar en el programa.

2.3.2. El seguro de salud de accidentes, de repatriación, entre otros, deberá gestionarlo el interesado en el país de origen.

2.3.3. Las actividades desarrolladas durante el período de intercambio deberán ser acorde con la actuación profesional en la institución de origen, el mismo que al término de la experiencia de intercambio realizará un informe que se les entregará a las instituciones receptoras y de origen; y a su vez deberá replicar lo aprendido. La suspensión del convenio



deja sin efecto la experiencia de intercambio, además la entidad puede requerir el retorno del personal administrativo ya sea por situación de necesidad u otro motivo, no siendo necesario expresión de causa.

2.3.4. Los salarios los pagará la institución de origen. Para el personal administrativo de la **UNALM**, se realizará de acuerdo a las disposiciones y reglamentos de la institución.

2.3.5. El intercambio del personal administrativo de la **UNALM**, estará sujeta a la evaluación de cada caso en específico, siguiendo la normativa vigente y cumpliendo con los requisitos establecidos en el “Reglamento de Control de asistencia, puntualidad y permanencia de los servidores no docentes y obreros de la **UNALM**”, así como sus modificatorias. Asimismo, el personal administrativo que podrá participar de este Convenio, será aquel vinculado a actividades de investigación, debido a que este tipo de intercambio deberá alinearse con las actividades propuestas en la cláusula primera del presente Convenio.

CLÁUSULA TERCERA – SOPORTE FINANCIERO

3.1. Los docentes participantes en el intercambio no pagarán tasas en la institución receptora. Los demás gastos (viajes, hospedaje, etc.) quedarán a cargo del interesado, que podrá buscar financiamiento con órganos externos.

3.2. Los estudiantes participantes en el intercambio deberán pagar las tasas académicas, cuando éstas existan, en su institución de origen. Los demás gastos (viaje, hospedaje, etc.) podrán ser financiados por órganos externos o quedarán a cargo del propio estudiante. La existencia del convenio no implica un compromiso de soporte financiero por cuenta de las instituciones.

3.3. En el caso de intercambio de personal administrativo, los gastos serán por cuenta de la institución de origen, siempre y cuando haya disponibilidad financiera para ello. Para el caso de la **UNALM**, las disposiciones aplicables seguirán lo establecido en el numeral 3.4.

3.4. Los docentes/investigadores, estudiantes de pregrado y de posgrado, y el personal administrativo de la **UNALM**, que participen de un intercambio (movilidad, pasantía y/o estancias académicas, de investigación y permanencias que propicien el intercambio de experiencias) seguirán las exigencias de migratorias del país de la institución receptora. Asimismo, serán responsables de los costos asociados al intercambio producto del presente convenio (manutención, alojamiento, transporte, seguros, materiales, trámites administrativos entre otros).

CLÁUSULA CUARTA – OBLIGACIONES DE LAS PARTES

4.1. Las dos instituciones procurarán alcanzar reciprocidad en las actividades contempladas en este convenio.

4.2. Al final de la estadía del estudiante, la institución receptora enviará al órgano apropiado de la institución de origen un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, cuando sea el caso.



4.3. La institución de origen, de acuerdo a sus disposiciones y lineamientos internos, reconocerá los resultados académicos obtenidos por el estudiante en la institución receptora, con base en un programa de trabajo previamente acordado entre las dos instituciones y en sus créditos y/o carga horaria.

4.4. Las dos instituciones se comprometen a promover la integración de los estudiantes en la vida académica de la institución receptora.

4.5. La institución receptora deberá proveer las condiciones de investigación y el lugar apropiado para el trabajo del docente/investigador visitante, en la medida de sus posibilidades.

4.6. La institución receptora deberá ofrecer condiciones de trabajo para el desarrollo de las actividades del personal administrativo, en la medida de sus posibilidades.

4.7. Las **PARTES** quedan autorizados a suscribir convenios específicos, adendas y otros para el desarrollo de planes, proyectos y programas. El documento indicará la descripción y los objetivos de los planes, proyectos y programas a desarrollar precisando los órganos ejecutores, los recursos técnicos, financieros y humanos, los procedimientos y lineamientos generales para su ejecución, los plazos y las obligaciones de las **PARTES**, entre otros.

CLÁUSULA QUINTA – INEXISTENCIA DE RELACIÓN LABORAL

5.1. El presente convenio, no genera relación laboral alguna entre las **PARTES**, por lo que el personal docente, administrativos y/o estudiantes que las **PARTES** destinen para la ejecución y desarrollo de las actividades del convenio, conservarán su vínculo y relación laboral con la institución de la cual dependan.

5.2. En virtud de esta Cláusula, queda expresamente estipulado que este instrumento no vincula solidariamente a las instituciones comparecientes en todo lo derivado de sus relaciones y obligaciones laborales específicas.

CLÁUSULA SEXTA – COORDINACIÓN DEL CONVENIO

6.3. Para constituir la Coordinación técnica y administrativa del presente convenio son indicados por la FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), la Profa. Dra. Delia Rita Tapia Blácido, docente del Departamento de Química, y por la UNALM, el director de la Oficina de Gestión Interinstitucional (OGI) o quien este designe, correo: ogi@lamolina.edu.pe.

Le incumbirá a la referida Coordinación la búsqueda de soluciones y la remisión de las cuestiones académicas y administrativas que surjan durante la vigencia del presente convenio, así como la supervisión de las actividades.

CLÁUSULA SÉPTIMA – VIGENCIA

El presente convenio tendrá vigencia por un plazo de **cinco (05) años**, a partir de la fecha en que lo firmen los representantes de ambas **PARTES**, pudiendo renovarse de común acuerdo entre las **PARTES**, mediante comunicación escrita enviada a la otra parte, con tres (03) meses de anticipación a su vencimiento original o de alguna de sus prórrogas.

Cualquier cambio en los términos de este convenio deberá efectuarse a través de una Enmienda debidamente acordada entre las **PARTES** signatarias.

CLÁUSULA OCTAVA – DENUNCIA

El presente convenio podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las **PARTES**, mediante comunicación expresa, con una antelación mínima de 180 (ciento ochenta) días. En caso que haya pendientes, las **PARTES** definirán, mediante un Término de Cierre del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los trabajos y todas las demás pendientes, respetándose las actividades en curso.



CLÁUSULA NOVENA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente convenio, las **PARTES** realizarán sus mayores esfuerzos en la búsqueda de una solución consensual. No siendo posible, indicarán, de común acuerdo, a un tercero, persona física, para actuar como mediador.



Y en prueba de conformidad y aceptación, las **PARTES** firman el presente término en dos ejemplares de cada versión, en español y en portugués, de igual contenido y a un sólo efecto.



**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E
LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**UNIVERSIDAD NACIONAL AGRARIA
LA MOLINA**

Profa. Dra. Christie Ramos Andrade Leite Panissi
Director



Dr. Américo Guevara Pérez
Rector

Fecha: